Quadro informativo

Pregão Eletrônico N° 90062/2024 (SRP) (Lei 14.133/2021)

UASG 70005 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

Avisos (1)	Impugnações (2)	Esclarecimentos (1)
25/11/2024 10:09		<p>ILUSTRÍSSIMO(A) SR(A). AGENTE DE CONTRATAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO.</p> <p>Pregão Eletrônico nº 90062/2024</p> <p>A empresa XXXXXXXX, inscrita no C.N.P.J. sob o nº XXXXXXXX, através de seu representante legal que ao final subscreve, vem apresentar IMPUGNAÇÃO</p> <p>Em face do Edital do Pregão Eletrônico nº13/2024, com o fito de sanar vícios contidos no instrumento convocatório, que comprometem ampla concorrência e obtenção da proposta mais vantajosa, conforme fatos e fundamentos e seguir:</p> <p>1. DA TEMPESTIVIDADE</p> <p>O edital de licitação em epigrafe, possui em seu dispositivo “6.2” que qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação em até 3 dias úteis antes da data de abertura do certame (26.11.2024), sendo assim, hoje (21.11.2024) perfazem exatos 3 dias úteis antes da abertura do certame, portanto resta o presente pedido plenamente tempestivo.</p> <p>2. DOS FATOS</p> <p>O instrumento de edital possui exigências abusivas e ilegais de qualificação técnica e para garantir a competitividade e a transparência nos processos licitatórios, é fundamental que as exigências de qualificação técnica sejam razoáveis e proporcionais. A imposição de requisitos abusivos não apenas restringe a participação de empresas qualificadas e aptas para execução do objeto, mas também compromete a eficiência e a justiça do processo licitatório. Assim, a Administração Pública deve sempre justificar adequadamente as exigências impostas, assegurando que elas sejam indispensáveis para garantir o cumprimento das obrigações assumidas pelo vencedor do certame.</p> <p>3. DO MERITO</p> <p>3.1. Da Restrição a Ampla Participação.</p> <p>Analisando as exigências constantes no edital dos deparamos com a seguinte exigência:</p> <p>10.8.4.2.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:</p> <p>a) Ter fornecido e instalado terminal de leitura facial para sistema de controle de acesso e ter fornecido e instalado no mínimo 50 câmeras IP (para o Grupo 1);</p> <p>Até então a presente exigência é razoável para fins de capacidade técnica, entretanto analisando as respostas a esclarecimentos verificamos a seguinte resposta:</p> <p>Podemos entender que se apresentar atestados de capacitação técnica de câmeras com leitura facial para sistema de controle de acesso estaremos atendendo o solicitado, visto que que são similares ao objeto que é a mesma funcionalidade reconhecer a face de alguém e liberar o acesso ou não ? correto nosso entendimento?</p> <p>Resposta: O entendimento está incorreto. Apesar de serem equipamentos com a mesma funcionalidade lógica, uma câmera de CFTV e um Leitor Facial possuem características físicas e de montagens completamente distintas. Bem como processos de configuração distintos no Sistema de Gerenciamento de CFTV e Controle de Acesso (VMS).</p> <p>Com a resposta acima, verifica-se que o princípio da ampla concorrência foi por demais prejudicado, bem como, os dizeres “pertinente” e “equivalente” previstos neste edital e na Lei 14.133/21, foram ignorados, vejamos:</p> <p>10.8.4.2. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.</p> <p>Prezados, qualquer técnico de apto para instalar uma câmera de CFTV também está apto para instalar um leitor facial, as atividades são indubitavelmente compatíveis e equivalentes, não havendo distinção grosseira entre as atividades.</p> <p>A restrição imposta nos esclarecimentos possui o condão única e exclusivamente de restringir a ampla participação, não existe justificativa técnica plausível para tamanho absurdo.</p> <p>Neste sentido, objetivando garantir a ampla participação, solicitamos que seja mantida a descrição presente em edital (terminal de leitura facial), afastando qualquer interpretação diversa que restrinja a ampla participação.</p> <p>3.2. Do Direcionamento a Determinado Fabricante.</p> <p>Analisando o Anexo – I, Termo de Referência, verificamos a seguinte exigência:</p> <p>1.8.1. Na presente contratação, somente serão aceitos equipamentos da marca HIKVISION para os itens dos GRUPOS 1 (do ITEM 1 ao 13 e ITEM 27) e GRUPO 2 (ITEM 1). Os equipamentos e softwares de gerenciamento e monitoramento de vídeos integrados nos NVR devem ser do mesmo fabricante, assegurando uma gestão mais eficiente da contratação. Esses itens exigem requisitos de interoperabilidade devido à necessidade de compatibilidade com as plataformas e padrões já adotados por este Regional, garantindo a padronização, compatibilidade tecnológica e continuidade dos investimentos realizados em treinamento de pessoal. As características técnicas devem seguir as especificações mínimas descritas no subitem 3.2 do Termo de Referência;</p> <p>A exigência acima não condiz com a realidade do sistema da existente, nem tão pouco com as demais especificações estabelecidas no termo de referência.</p> <p>Verificamos que o Termo de referencia exige que os equipamentos possuam protocolo ONVIF, este protocolo permite que dispositivos de várias marcas se comuniquem devido ao padrão estabelecido por este protocolo. Isso significa que, desde que ambas as marcas suportem o padrão ONVIF, uma câmera de segurança de uma marca pode funcionar bem com um sistema de gravação de vídeo de outra marca.</p> <p>Ainda nesta toada, o edital prevê em seu texto a possibilidade de apresentar produtos de outras marcas para as câmeras do Lote 1, contrariando a exigência de marca conforme estabelecido no termo de referência, vejamos:</p> <p>Grupo 1</p> <p>Item 1 - 33. A solução deve permitir plena integração com o Sistema de Gerenciamento de CFTV e Controle de Acesso, caso a câmera seja de fabricante diferente do sistema, será obrigatória a apresentação de catálogo, manual ou carta do fabricante do sistema e da câmera, declarando compatibilidade com as soluções ofertadas;</p> <p>Item 2 – 26. A solução deve permitir plena integração com o Sistema de Gerenciamento de CFTV e Controle de Acesso, caso a câmera seja de fabricante diferente do sistema, será obrigatória a apresentação de catálogo, manual ou carta do fabricante do sistema e da câmera, declarando compatibilidade com as soluções ofertadas;</p> <p>Item 3 - 23. A solução deve permitir plena integração com o Sistema de Gerenciamento de CFTV e Controle de Acesso, caso a câmera seja de fabricante diferente do sistema, será obrigatória a apresentação de catálogo, anual ou carta do fabricante do sistema e da câmera, declarando compatibilidade com as soluções ofertadas;</p> <p>item 4 - 23. A solução deve permitir plena integração com o Sistema de Gerenciamento de CFTV e Controle de Acesso, caso a câmera seja de fabricante diferente do sistema, será obrigatória a apresentação de catálogo, manual ou carta do fabricante do sistema e da câmera, declarando compatibilidade com as soluções ofertadas;</p> <p>item 6 - 27. A solução deve permitir plena integração com o Sistema de Gerenciamento de CFTV e Controle de Acesso, caso a câmera seja de fabricante diferente do sistema, será obrigatória a apresentação de catálogo, manual ou carta do fabricante do sistema e da câmera, declarando compatibilidade com as soluções ofertadas;</p> <p>Item 8 - 18. Possuir a capacidade de interoperabilidade, através de protocolos abertos, sendo uma forma transparente de comunicação da câmera com outros sistemas através de integração via API, SDK ou protocolo aberto de vídeo.</p> <p>Conforme apontado acima, o próprio Termo de Referência afirma que pode haver produtos de fabricantes diferentes, inclusive trazendo exigências voltadas para que os equipamentos possuam protocolos abertos, evitando que o Órgão fique refém de um único fabricante.</p>

Verificamos também que é exigido no Grupo 1, Item 27 um Sistema de Gerenciamento de CFTV e Controle de Acesso (VMS), que possui as seguintes especificações exigidas

1. Deverá ser compatível e capaz de gerenciar, configurar e monitorar os dispositivos deste projeto, como as câmeras, gravadores em rede, mesas controladoras, Storages, servidores de analíticos e equipamentos de controle de acesso;
8. Plataforma Aberta: deve possuir API/SDK aberta, suportando integração com hardware e aplicativos de terceiros;
9. Integração nativa de todos os dispositivos compatíveis Onvif, Onvif Profile S e Generic RTSP;
204. Deve possuir SDK para integração do vídeo em outros produtos usando a API para exibir imagens ao vivo, reprodução de atividades gravadas, mostrar imagens de determinado período, e buscar por movimento.

Novamente estamos diante de especificações que demonstram a falta de necessidade de exigência de determinada Marca (HIKVISION), indubitavelmente todo o sistema será gerido pelo item 27, que possui plataforma aberta suportando integração com produtos de outras marcas.

Neste sentido, não existe motivos ou justificativas para que seja exigida uma única marca (HIKVISION), tendo em vista que a solução pretendida nas especificações permite a integração entre dispositivos de diferentes marcas.

Portanto, faz-se necessária a retificação do termo de referência, com a remoção da exigência de determinada marca, para fins propiciar a aplicação do princípio da ampla concorrência, da obtenção da proposta mais vantajosa, afastando o direcionamento do edital.

3.3 Das Exigências Exorbitantes

Analisando os autos do processo, verificamos a seguinte exigência:

Item 18 – Switch de Acesso

13. Deve possuir homologação pela Anatel, disponível no site do fabricante e certificações UL e FCC.

Não existe lei que determine que no site do fabricante deva constar homologações e certificações de produtos, ainda sim, pode esta comissão realizar diligências para obtenção dos respectivos documentos ou solicitar que o licitante as apresente, Item 23 – Estação de Vídeo monitoramento

8. Deverá ser fornecido com suporte articulado para dois monitores da mesma marca do fabricante dos monitores.

Existem no mercado diversas marcas de suporte articulado com encaixe universal, que por vezes possuem qualidade melhor a baixo custo, neste sentido, a exigência citada acima fere o princípio da eficiência e proposta mais vantajosa, devendo tal exigência ser excluída do Termo de Referência, por além de ser inútil, correremos o risco de beneficiar e direcionar o certame para fabricante de equipamento de vídeo monitoramento que possua fabricação de suporte articulado.

4. DOS PEDIDOS

Diante o exposto requer-se:

- a) Que seja recebida da presente impugnação, sendo a mesma considerada tempestiva.
- b) Que seja retificado o edital, com a retirada das exigências mencionadas acima, de forma a assegurar um processo justo, competitivo e em conformidade com os princípios legais e jurisprudenciais mencionados.

Termos em que, pede-se e espera deferimento.

Em relação aos pontos levantados pela impugnante, seguem as respostas:

Quanto ao item 3.1, que alega restrição à ampla participação em virtude da exigência prevista no item 10.8.4.2.1 do Termo de Referência, a reclamante afirma que "... qualquer técnico apto para instalar uma câmera de CFTV também está apto para instalar um leitor facial; as atividades são indubitavelmente compatíveis e equivalentes, não havendo distinção grosseira entre as atividades." Tal entendimento, entretanto, é incorreto, uma vez que o leitor facial é destinado ao uso como controlador de acesso, possuindo características de instalação física, integração de hardware e parametrização de software distintas das de uma câmera utilizada em sistemas de monitoramento (CFTV).

Ademais, a exigência não restringe acervos, deixando claro que se aceita qualquer quantidade de leitores de reconhecimento facial, item amplamente empregado em projetos e instalado por diversas empresas especializadas.

Quanto ao item 3.2, que aponta "Direcionamento a Determinado Fabricante", a impugnante alega que o item 1.8.1 direciona ao fabricante Hikvision, afirmando que "A exigência ... não condiz com a realidade do sistema existente, nem tampouco com as demais especificações estabelecidas no Termo de Referência." Menciona, ainda, que os itens relativos ao descritivo técnico das câmeras e do VMS preveem suporte aos protocolos ONVIF, Generic RTSP e API/SDK aberta para integração de outros produtos.

Desta feita, alega que tais pontos demonstram falta de necessidade de exigência de determinada marca HIKVISION, já que todo o sistema será gerido pelo item 27, que possui plataforma aberta suportando integração com produtos de outras marcas.

Contudo, a impugnante incorre novamente em erro interpretativo das exigências do edital e seus anexos. O Estudo Técnico Preliminar (ETP), integrante do conjunto de documentos do instrumento convocatório, é claro em seu item 1.2 ("Motivo/Justificativa da Contratação"), subitem 1.2.1, ao citar:

"A nova contratação, anos após a instalação e operacionalização do sistema atual, visa suprir lacunas deixadas pela aquisição de 2019. Entre as melhorias propostas estão: eliminar pontos cegos no monitoramento das câmeras nos prédios Sede e Anexo; instalar a funcionalidade de rastreamento de visitantes; implantar sistemas de CFTV em cartórios eleitorais do interior do Estado; e implementar um sistema de controle de acesso e CFTV no Fórum Eleitoral da Capital. Além disso, será feita a modernização do sistema de controle de acesso na Sede do TRE-MA."

Fica claro, portanto, que todos os itens descritos no Termo de Referência deverão ser integrados à estrutura já existente e em funcionamento no órgão. Diferentemente do alegado pela impugnante, a exigência condiz com a realidade do sistema atual, que opera com base na solução VMS do fabricante Hikvision, responsável pela integração e suporte de todas as funcionalidades, incluindo os analíticos das câmeras. O HikCentral, por exemplo, só processa analíticos gerados por câmeras do fabricante Hikvision.

O Termo de Referência, no item 27, exige ainda funcionalidades específicas, como:

"140. ... o sistema deve permitir que, em caso de falha na gravação dos vídeos, outro assumo, sem a adição de licença para essa função.", ou ainda "164. Deve possuir arquitetura de servidores mestre e escravo."

Essas funcionalidades são viáveis apenas no ecossistema do mesmo fabricante.

Por fim, a estrutura deste Tribunal inclui equipamentos legados que passam por substituição gradual. A recepção de vídeo desses equipamentos na nova estrutura é viável por meio de protocolos padrão de mercado, como ONVIF e RTSP/RTMP. Contudo, tais protocolos, neste contexto, servem exclusivamente para viabilizar o recebimento de imagens de equipamentos legados sem inteligência embarcada.

Quanto ao item 3.3, "Das Exigências Exorbitantes", a impugnante considera exagerada a exigência de homologação ANATEL, afirmando que "Não existe lei que determine que no site do fabricante deva constar homologações e certificações

de produtos. Ainda assim, pode esta comissão realizar diligências para obtenção dos respectivos documentos ou solicitar que o licitante as apresente." Alega também que a exigência de que o suporte articulado seja da mesma marca dos monitores beneficiaria e direcionaria o certame para fabricantes de equipamentos de videomonitoramento que também produzam suportes articulados.

Tais alegações, além de mais pertinentes a pedidos de esclarecimento, são igualmente descabidas. A Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019, exige homologação na ANATEL, comprovando que os equipamentos estão de acordo com as normas vigentes no país. O item XVI do artigo 4º define:

"Produto destinado para telecomunicações é todo e qualquer equipamento, aparelho, dispositivo ou elemento que compõe meio necessário ou suficiente à realização de telecomunicações, seus acessórios e periféricos."

Tal fato pode ser diligenciado pela Comissão, como levantado pela recorrente.

Por último, a recorrente tenta justificar uma impugnação com base na exigência de que o suporte articulado seja da mesma marca do monitor fornecido. Não há beneficiamento ou direcionamento para fabricantes de equipamentos de videomonitoramento, pois o item monitor de vídeo é uma commodity, produzido por diversos fabricantes com perfis de equipamentos variados. Muitos desses fabricantes possuem acessórios próprios em seus portfólios, incluindo suportes articulados para monitores. O referido item é, ainda, um componente de menor peso financeiro, representando aproximadamente 1% (um por cento) do valor global estimado pela administração, o que evidencia que não há ganho financeiro significativo na utilização de componentes genéricos nesse caso.

Diante dos fatos analisados, julgamos improcedente o pedido de impugnação.

São Luis-MA, datado e assinado eletronicamente.

Luanne Batalha

Assessoria de Segurança Institucional e Inteligência